Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

06/11/2018

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1 - 2
   1.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 3 - 5
   1.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 6 - 7
2. JORNAL EXTRA
   2.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 8
   2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 9
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 10
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. JUÍZES..... 11 - 12
   4.2. PUBLICIDADE LEGAL..... 13
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 14 - 19
   5.2. JUÍZES..... 20 - 22
6. JORNAL PEQUENO
   6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 23
   6.2. CONVÊNIOS..... 24 - 27
   6.3. DECISÕES..... 28
   6.4. DESEMBARGADOR..... 29
   6.5. JUÍZES..... 30
   6.6. VARA CRIMINAL..... 31

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Tribunal

Bruno Duailibe é confirmado novo titular do TRE-MA

Nome do advogado Bruno Duailibe foi confirmado ontem. Indicação foi feita em junho, em lista tríplice formada, ainda, por Charles Dias e Megbel Abdalla Fonseca. **POLÍTICA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Bruno Duailibe é confirmado como novo membro titular do TRE-MA

Eleito como candidato mais votado em lísta tríplice formada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), advogado agora compõe corte eleitoral como membro titular na categoria de jurista

O advogado Bruno Duailibe foi confirmado ontem como novo membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A indicação dele havia sido feita em junho, numa lista tríplice formada, ainda, pelos juristas Charles Dias e Megbel Abdalla Fonseca.

Eles haviam sido escolhidos em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), quando Duailibe obteve 24 votos dos 25 desembargadores presentes à sessão.

Charles Dias ficou em segundo lugar, com 16 votos. Megbel Abdalla recebeu 19 votos, mas apenas num terceiro escrutínio. Dessa forma, o primeiro colocado acabou sendo o nomeado.

Lista tríplice foi formada em junho pelo TJMA

A formação desta lista tríplice contou com uma novidade. Pela primeira vez o TJ franqueou a palavra aos postulantes à indicação.

Assim, cada um dos concorrentes teve direito a cinco minutos de fala no plenário, prática que deve ser adotada de agora em diante pela corte. ●

Foto/Divulagação

Bruno Duailibe foi o mais votado na formação de lista tríplice do TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acordos

TJ abre Semana Nacional de Conciliação em São Luís

Até sexta-feira (9), mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências em todo o estado; ação ocorre em parceria com diversas instituições e empresas. **GERAL 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJ abre Semana Nacional de Conciliação em São Luís

Até sexta-feira, 9, mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências em todo o estado; ação ocorre em parceria com diversas instituições e empresas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Os trabalhos da XIII Semana Nacional da Conciliação foram iniciados ontem e se estendem até sexta-feira, 9. No Maranhão, a abertura oficial do evento aconteceu no Fórum de São Luís (Calhau). Mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências em todo o estado.

A iniciativa em prol da conciliação - promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, com o apoio dos tribunais - está sendo coordenada, no Maranhão, pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

No Fórum de São Luís, as audiências - pré-processuais e processuais - estão sendo realizadas nas Varas Cíveis, da Família, da Fazenda Pública e no Centro de Conciliação, em parceria com diversas instituições e empresas. O Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de Segundo Grau (instalado no prédio-sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro), também irá participar da Semana.

Para esta edição, o conceito "Conciliar: a decisão é nossa" é o mote da campanha. O objetivo é demonstrar que a decisão de conciliar é das partes envolvidas e só acontece se houver comum acordo. Para isso, o Poder Judiciário está à disposição para esclarecer as dúvidas e apresentar os benefícios desse método de solução de conflitos.

Abertura

Ao realizar a abertura da Semana, no Fórum de São Luís, o juiz coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, Alexandre Abreu, ressaltou a importância e o alcance social da conciliação em todo o país, agradecendo o apoio incondicional dos parceiros do projeto no Maranhão.

"Precisamos compreender que a conciliação já foi incorporada pela sociedade brasileira, tanto nos centros de solução de conflitos, quando nos juizados especiais e nas unidades jurisdicionais dos fóruns. Toda essa mobilização é resultado de uma busca dos próprios cidadãos que têm pedido ao Judiciário melhores oportunidades para solucionarem seus conflitos. E a Justiça responde com a implantação de projetos, criando espaços mais dignos voltados à sociedade, buscando mais parcerias, sempre avançando e possibilitando ao cidadão ser protagonista de sua vida", pontuou o juiz Alexandre Abreu.

Divulgação

Juiz Alexandre Abreu ressaltou a importância e o alcance da social da ação

Presente à abertura do evento, o desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA e idealizador de diversos projetos sociais na Justiça, destacou a relevância das ações implantadas pelo Judiciário maranhense em prol da conciliação e dos cidadãos.

"O relacionamento Judiciário e cidadão precisa ser, além de ágil, sociável, amigável. E o Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão tem trabalhado, incansavelmente, nesse sentido, abraçando essa causa. A Semana Nacional de Conciliação é um alerta de um projeto já implantado pelo Poder Judiciário com a intenção de solucionar os conflitos dos cidadãos de forma pacífica. Afinal, a conciliação é o melhor caminho", frisou o desembargador.

A diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes, também enfatizou a importância da política de conciliação adotada pelo Judiciário, das ações desenvolvidas pelo Núcleo e da Semana Nacional.

"Essas iniciativas dinamizam ainda mais a proposta de solução de conflitos por meio da conciliação. Espero que, aqui, as pessoas se encontrem, dialoguem e se entendam da melhor forma possível. Estamos muito felizes com todos esses projetos desenvolvidos pela Justiça e coordenados pelo Núcleo".

Lançamento

Durante a abertura, foi lançado o aplicativo da Conciliação "Conciliar é Legal", desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação do TJMA com o apoio da Diretoria de Informática, o qual permitirá o agendamento de audiências presenciais e acesso às plataformas: Attende do TJMA, consumidor.gov e mediaçãodigital/CNJ, além de um chat para negociação digital com empresas.

Também foi lançada uma versão atualizada da plataforma Attende de homologação de acordos extraprocessuais realizados pelo Procon, advogados e outras entidades associadas.

Dados

Durante a solenidade, foram divulgados dados oficiais referentes aos centros de conciliação no Estado do Maranhão, desde a implantação do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, no ano de 2013.

Desde o mês de março de 2013 até hoje, foram contabilizados 67 mil agendamentos nos centros de conciliação instalados no Maranhão. Desse total, foram realizadas 34.432 audiências, que resultaram num índice de quase 50% de acordos.

Acordo

Quem já participou do evento no primeiro dia, aproveitou a oportunidade para sentar numa mesa de negociação, dialogar e chegar a um acordo, de forma ágil e efetiva. Foi o caso da dona de casa Alda Marques, que conseguiu negociar uma dívida antiga com a escola na qual o filho estuda e obter um desconto de mais de 30%. A sessão aconteceu no Centro de Conciliação do Fórum.

"Não estava nem dormindo direito esses dias, pensando nessa dívida. Aproveitei a oportunidade para vir aqui solucionar essa questão e estou muito satisfeita. Estava há anos tentando resolver isso junto à escola e só consegui hoje, graças a esse evento realizado pela Justiça".

Digital

Para 2018, a novidade, no Maranhão, é a comunicação digital entre as partes, a partir da indicação pelas empresas - com maior volume de demandas – de processos passíveis de entendimento. Uso de chats, 0800, e-mails, SACs, Ouvidorias são alguns dos canais disponíveis para esse diálogo.

Os advogados e as partes terão a possibilidade de solucionar os conflitos por meio eletrônico, de qualquer lugar (casa, escritório), nas salas de Mediação Digital ou da OAB, na sede do TJMA e Fóruns, sem a necessidade de agendamento.

Tudo isso é resultado de investimentos realizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, que vem estimulado o uso dos meios digitais para aproximar consumidores e empresas, na busca de diálogos que levem à construção de soluções ágeis para as demandas.

Conciliação

A conciliação é orientada pela Resolução CNJ nº 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Âmbito do Poder Judiciário.

Os princípios orientadores da Política do CNJ incluem informalidade, simplicidade, celeridade, oralidade, flexibilidade e economia processual. A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do juiz. Este último apenas valida formalmente os acordos negociados entre as partes.●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Debatendo a Constituição

"Transformações no mundo do trabalho nos 30 anos de constituição federal: comemoração ou reflexão?" é o tema da sétima edição do JurisFlorence, evento programado para os dias 8 e 9 deste mês, no Auditório do Núcleo de Práticas Jurídicas e no Fórum Desembargador Sarney Costa. O evento, uma iniciativa do Instituto Florence de Ensino Superior, objetiva debater as transformações no cenário jurídico, bem como os processos de reconhecimento e efetivação de direitos no Brasil, nos últimos anos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Juizado de Timon inscreve candidatos para função de conciliador voluntário

O Juizado Especial Cível e Criminal de Timon lançou edital para a função de "Conciliador Voluntário", para atuar junto à unidade judicial. No documento, o juiz titular, Josemilton Silva Barros, informa que as inscrições para o processo seletivo simplificado para a referida função estarão abertas de 05 a 09 de novembro de 2018 e podem ser feitas pela internet.

Serão cinco vagas de conciliador escolhidos entre bacharéis em Direito, independente do tempo de experiência profissional, com a ressalva de que se advogados militantes ficam impedidos de exercer a advocacia e de manter vínculo com escritório de advocacia com atuação perante o Juizado Especial onde esteja designado, enquanto no desempenho de suas funções. E mais cinco vagas para acadêmicos de Direito, com idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos completos, devidamente matriculados a partir do 5º (quinto) período letivo, os quais irão ser distribuídos para atuar nas sessões de conciliação designadas.

As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela rede mundial de computadores com o preenchimento do formulário eletrônico disponível no endereço https://goo.gl/forms/YSTr6xF95PVotKb72 . Após o preenchimento e envio do formulário, é necessário enviar currículo lattes acompanhado das comprovações e do diploma e histórico escolar, todos em formado PDF (Portable Document Format), para o endereço de email juizcivcrimtim@gmail.com.

O candidato selecionado terá a indicação formalizada para a Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a quem compete o ato de nomeação. "O candidato classificado no processo seletivo não garante direito subjetivo à nomeação, uma vez que a função é de livre nomeação e exoneração e sem vínculo empregatício ou trabalhista", informa o edital.

"Todos os atos relativos ao processo seletivo simplificado serão publicados por edital no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão, disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão na internet, no endereço http://www.tjma.jus.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos editais", destaca o edital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça condena 'Compra Premiada Eletromil' a ressarcir consumidores

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, declarou nulos os contratos firmados entre a ELETROMIL e os consumidores, condenando a empresa e o outro réu, Emilson Aragão, a ressarcirem aos consumidores as quantias pagas relativas aos contratos de "compra premiada", acrescidos de correção monetária contada do efetivo desembolso e juros legais a partir da data da citação da ação coletiva. Os réus foram condenados, ainda, a indenizarem os danos morais suportados pelos consumidores prejudicados, cujo valor fixo será, para cada consumidor, de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros e correção monetária.

Por fim, a sentença, que tem a assinatura do juiz titular Douglas de Melo Martins, condenou a parte ré a efetuar o pagamento de indenização a título de reparação por danos morais coletivos, no montante de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), valor a ser revertido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos. A sentença é resultado de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, tendo como réus Eletromil Eletrodomésticos LTDA e Emilson Aragão. O autor alega que os requeridos, utilizando-se do "esquema da pirâmide", aplicaram golpes nos consumidores em relação a contratos intitulados de "Compra Premiada".

Narra a ação que os referidos contratos firmados teriam como objeto a aquisição de bens móveis, com a possibilidade de interrupção dos pagamentos vincendos, mediante contemplação através de sorteio. O MPE afirmou que os consumidores que tinham seus contratos contemplados e/ou quitados, ao verificarem que não recebiam o bem, buscavam a empresa a fim de resolver a questão, no que sempre lhe diziam para aguardar, visando ganhar tempo. Afirmou ainda o autor que, quando os assistidos percebiam que se tratava de um golpe, entravam em pânico, gerando muitas reclamações. Os réus não apresentaram contestação, tendo decretada a revelia - termo jurídico que caracteriza o não comparecimento de determinado réu a seu próprio julgamento ou a falta de apresentação de defesa.

"Na presente demanda, a atividade desenvolvida pela Eletromil, consistia em atrair consumidores com a promessa de adquirir um bem móvel, através da formação de grupos de participantes que pagariam parcelas mensais e concorreriam através de sorteios pelo bem objeto do contrato. Quando houvesse um sorteado contemplado, este ficaria dispensado da obrigação de pagar as demais parcelas, assim, outro consumidor entraria no grupo", narra a sentença. E segue: "Entendo que referida operação caracteriza uma espécie de consórcio fraudulento, conhecido popularmente como 'pirâmide', prática esta notoriamente condenada pelo ordenamento jurídico por configurar crime contra a economia popular. Além disso, é fato notório que inúmeros consumidores não conseguiram obter a devolução dos valores pagos, nem mesmo o produto almejado, frente a avalanche de ações ajuizadas, corroborando, deste modo, a má-fé dos réus".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Em Foco

Solução de conflitos

Os trabalhos da XIII Semana Nacional da Conciliação foram iniciados nesta segunda-feira (5) e se estendem até sexta (9). No Maranhão, a abertura oficial do evento aconteceu no Fórum de São Luís (Calhau). Mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências, em todo o Estado.

A iniciativa em prol da conciliação – promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, com o apoio dos tribunais – está sendo coordenada, no Maranhão, pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

No Fórum de São Luís, as audiências – pré-processuais e processuais – estão sendo realizadas nas Varas Cíveis, da Família, da Fazenda Pública e no Centro de Conciliação, em parceria com diversas instituições e empresas. O Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de Segundo Grau (instalado no prédio-sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro), também irá participar da Semana.

Para esta edição, o conceito "Conciliar: a decisão é nossa" é o mote da campanha. O objetivo é demonstrar que a decisão de conciliar é das partes envolvidas e só acontece se houver comum acordo. Para isso, o Poder Judiciário está à disposição para esclarecer as dúvidas e apresentar os benefícios desse método de solução de conflitos.

ABERTURA - Ao realizar a abertura da Semana, no Fórum de São Luís, o juiz coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, ressaltou a importância e o alcance social da conciliação em todo o país, agradecendo o apoio incondicional dos parceiros do projeto no Maranhão.

"Precisamos compreender que a conciliação já foi incorporada pela sociedade brasileira, tanto nos centros de solução de conflitos, quando nos juizados especiais e nas unidades jurisdicionais dos fóruns. Toda essa mobilização é resultado de uma busca dos próprios cidadãos que têm pedido ao Judiciário melhores oportunidades para solucionarem seus conflitos. E a Justiça responde com a implantação de projetos, criando espaços mais dignos voltados à sociedade, buscando mais parcerias, sempre avançando e possibilitando ao cidadão ser protagonista de sua vida", pontuou o juiz Alexandre Abreu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

1 ANO DEPOIS...

Marcha Alanna Ludmilla pede paz

Alanna Ludmilla, de 10 anos, foi assassinada, em sua casa, no Maiobão. Para familiares, amigos, colegas de escola, a saudade é sempre presente. E uma forma de lembrar a memória dela e também de pedir pelo fim da violência é realizar a II Marcha Alanna Ludmilla Todos pela Paz. VIDA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

VIOLÊNCIA

Marcha Alanna Ludmilla pede paz

No dia 1º de novembro completou 1 ano da trágica morte de Alanna Ludmilla. Caminhada é em memória da garota assassinada em 2017 e pelo fim da violência

PATRICIA CUNHA

REPRODUÇÃO

ALANNA TINHA 10 ANOS QUANDO FOI ESTUPRADA E ASSASSINADA PELO PADRASTO

Faz pouco mais de 1 ano que a menina Alanna Ludmilla, de 10 anos, foi assassinada, em sua casa, no Maiobão, região metropolitana de São Luís. Para familiares, amigos, colegas de escola, a saudade é sempre presente. E uma forma de lembrar a memória dela e também de pedir pelo fim da violência é realizar a II Marcha Alanna Ludmila Todos pela Paz. Neste ano, a caminhada será dia 9, a partir das 15h30, com concentração na escola comunitária Centro Educacional Sagrada Família, na Rua 24, no Maiobão, e seguirá em direção à Praça da Bíblia, na Avenida 10, finalizando com um culto em agradecimento.

Para a comunidade da escola em que Alanna estudava foi um choque, mas fazer homenagem a ela ameniza a falta. "Foi um momento muito difícil que todos passaram. Assim que teve o acontecido a escola teve acompanhamento de psicólogos para as crianças, para os professores, para a gente lidar com a situação. A primeira caminhada foi logo após a morte dela e, agora, será na sexta-feira, um evento que vai ficar permanente no calendário da escola", diz Geisane Cutrim, da organização do evento.

A marcha é uma realização da escola Sagrada Família, onde Alanna estudava. A organização sugere que todos vistam camisa branca.

No ano passado, balões brancos e cartazes com mensagens de paz fizeram parte da caminhada que reuniu centenas de pessoas. O caso comoveu todo o estado.

Relembre o caso

O desaparecimento de Alanna se deu no dia 1º de novembro do ano passado, após a mãe, Jaciane Borges Pereira, ter ido a uma entrevista de emprego. Ao retornar, quatro horas mais tarde, a menina já não estava mais em casa. Dois dias (3) depois, Alanna foi encontrada amarrada e morta, no quintal de casa, encoberta por telhas e entulhos.

Robert Serejo Oliveira, 32 anos, o ex-companheiro de Jaciane, era o principal suspeito. Prestou depoimento, mas depois fugiu. No dia seguinte (4) foi encontrado em uma barreira policial, na Estiva. Na delegacia, Robert confessou ter estuprado, matado e enterrado a criança no quintal da casa dela. Ele já estava com a prisão preventiva decretada antes de ser capturado.

Atualmente, Robert continua preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, aguardando o andamento do processo contra ele.

Robert é denunciado por feminicídio, estupro de vulnerável e ocultação de cadáver.

Em agosto, o caso dele foi pronunciado a júri popular por decisão do juiz Roberto de Paula (da 3ª Vara de Paço do Lumiar). A decisão de pronúncia permite recurso da defesa a fim de que o júri não aconteça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 69/2018
Processo nº 37.794/2018

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Paletes; **Abertura:** 21/11/2018 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181. São Luís/MA, 01 de novembro de 2018.
Mauricio Fernandes Lima - Pregoeiro do TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Semana Nacional de Conciliação é aberta no Maranhão

Os trabalhos da XIII Semana Nacional da Conciliação foram iniciados nesta segunda-feira (5) e se estendem até sexta (9). No Maranhão, a abertura oficial do evento aconteceu no Fórum de São Luís (Calhau). Mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências, em todo o Estado.

A iniciativa em prol da conciliação - promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, com o apoio dos tribunais - está sendo coordenada, no Maranhão, pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

No Fórum de São Luís, as audiências - pré-processuais e processuais - estão sendo realizadas nas Varas Cíveis, da Família, da Fazenda Pública e no Centro de Conciliação, em parceria com diversas instituições e empresas. O Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de Segundo Grau (instalado no prédio-sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro), também irá participar da Semana.

Para esta edição, o conceito "Conciliar: a decisão é nossa" é o mote da campanha. O objetivo é demonstrar que a decisão de conciliar é das partes envolvidas e só acontece se houver comum acordo. Para isso, o Poder Judiciário está à disposição para esclarecer as dúvidas e apresentar os benefícios desse método de solução de conflitos.

ABERTURA - Ao realizar a abertura da Semana, no Fórum de São Luís, o juiz coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, ressaltou a importância e o alcance social da conciliação em todo o país, agradecendo o apoio incondicional dos parceiros do projeto no Maranhão.

"Precisamos compreender que a conciliação já foi incorporada pela sociedade brasileira, tanto nos centros de solução de conflitos, quando nos juizados especiais e nas unidades jurisdicionais dos fóruns. Toda essa mobilização é resultado de uma busca dos próprios cidadãos que têm pedido ao Judiciário melhores oportunidades para solucionarem seus conflitos. E a Justiça responde com a implantação de projetos, criando espaços mais dignos voltados à sociedade, buscando mais parcerias, sempre avançando e possibilitando ao cidadão ser protagonista de sua vida", pontuou o juiz Alexandre Abreu.

Presente à abertura do evento, o desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA e idealizador de diver-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

sos projetos sociais na Justiça, destacou a relevância das ações implantadas pelo Judiciário maranhense em prol da conciliação e dos cidadãos.

"O relacionamento Judiciário e cidadão precisa ser, além de ágil, sociável, amigável. E o Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão tem trabalhado, incansavelmente, nesse sentido, abraçando essa causa. A Semana Nacional de Conciliação é um alerta de um projeto já implantado pelo Poder Judiciário com a intenção de solucionar os conflitos dos cidadãos de forma pacífica. Afinal, a conciliação é o melhor caminho", frisou o desembargador.

A diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes, também enfatizou a importância da política de conciliação adotada pelo Judiciário, das ações desenvolvidas pelo Núcleo e da Semana Nacional.

"Essas iniciativas dinamizam ainda mais a proposta de solução de conflitos por meio da conciliação. Espero que, aqui, as pessoas se encontrem, dialoguem e se entendam da melhor forma possível. Estamos muito felizes com todos esses projetos desenvolvidos pela Justiça e coordenados pelo Núcleo".

LANÇAMENTO - Durante a abertura, foi lançado o aplicativo da Conciliação "Conciliar é Legal", desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação do TJMA com o apoio da Diretoria de Informática, o qual permitirá o agendamento de audiências presenciais e acesso às plataformas: Attende do TJMA, consumidor.gov e mediaçãodigital/CNJ, além de um chat para negociação digital com empresas.

Também foi lançada uma versão atualizada da plataforma Attende de homologação de acordos extraprocessuais realizados pelo Procon, advogados e outras entidades associadas.

DADOS - Durante a solenidade, foram divulgados dados oficiais referentes aos centros de conciliação no Estado do Maranhão, desde a implantação do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, no ano de 2013.

Desde o mês de março de 2013 até hoje, foram contabilizados 67 mil agendamentos nos centros de conciliação instalados no Maranhão. Desse total, foram realizadas 34.432 audiências, que resultaram num índice de quase 50% de acordos.

ACORDO - Quem já participou do evento no primeiro dia, aproveitou a oportunidade para sentar numa mesa de negociação, dialogar e chegar a um acordo, de forma ágil e efetiva. Foi o caso da dona de casa Alda Marques, que conseguiu negociar uma dívida antiga com a escola na qual o filho estuda e obter um desconto de mais de 30%. A sessão aconteceu no Centro de Conciliação do Fórum.

"Não estava nem dormindo direito esses dias, pensando nessa dívida. Aproveitei a oportunidade para vir aqui solucionar essa questão e estou muito satisfeita. Estava há anos tentando resolver isso junto à escola e só consegui hoje, graças a esse evento realizado pela Justiça".

DIGITAL - Para 2018, a novidade, no Maranhão, é a comunicação digital entre as partes, a partir da indicação pelas empresas - com maior volume de demandas - de pro-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

cessos passíveis de entendimento. Uso de chats, 0800, e-mails, SACs, Ouvidorias são alguns dos canais disponíveis para esse diálogo.

Os advogados e as partes terão a possibilidade de solucionar os conflitos por meio eletrônico, de qualquer lugar (casa, escritório), nas salas de Mediação Digital ou da OAB, na sede do TJMA e Fóruns, sem a necessidade de agendamento.

Tudo isso é resultado de investimentos realizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, que vem estimulado o uso dos meios digitais para aproximar consumidores e empresas, na busca de diálogos que levem à construção de soluções ágeis para as demandas.

CONCILIAÇÃO - A conciliação é orientada pela Resolução CNJ nº 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Âmbito do Poder Judiciário.

Os princípios orientadores da Política do CNJ incluem informalidade, simplicidade, celeridade, oralidade, flexibilidade e economia processual. A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do juiz. Este último apenas valida formalmente os acordos negociados entre as partes. Para mais informações: Telejudiciário 0800-7071581.

(Amanda Campos - Asscom TJMA)

Ribamar Pinheiro

Abertura da Semana no Maranhão foi realizada pelo juiz Alexandre Abreu

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Projeto "Pare! Concilie e Siga" é destaque na Semana da Conciliação em Imperatriz

P6c1

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Projeto "Pare! Concilie e Siga" é destaque na Semana Nacional da Conciliação

Solenidade de abertura da Semana Nacional da Conciliação em Imperatriz ocorreu na manhã desta segunda-feira, 5, no auditório de uma faculdade, no Parque Sanharol. Evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, TJ-MA, e segue até o próximo domingo, 11.

Os juízes Adolfo Pires, da 2ª Vara da Família, e Ana Beatriz, da 2ª Vara Cível, advogados, alunos, lideranças comunitárias, agentes de trânsito e o diretor executivo da Setran, Ráder Leão, participaram da cerimônia.

Entre os projetos de conciliação e de mediação foram destaques o "Pare! Concilie e Siga", da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, Setran, que apresentou resultados com cerca de 200 conciliações em acidentes de trânsito por mês em Imperatriz. E também o "Mediar para Educar", dirigido pela juíza Ana Beatriz, vencedor da 8ª edição do prêmio "Conciliar é Legal", do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

O juiz Adolfo Pires parabenizou os projetos envolvidos, com destaque ao secretário municipal de Trânsito, Leandro Braga, pela iniciativa do serviço de conciliação em acidentes de trânsito. Atendimento de ocorrências é feito exclusivamente pelos agentes da Setran, no telefone (99) 9 9198-6082.

Presente em vários pontos da cidade e com deslocamento rápido, além de regularizar o trânsito no local, os agentes da Setran já realizaram a conciliação entre as partes em serviço que consiste no ajuste do termo de responsabilidade de cada um no episódio.

Todos os agentes participaram de curso de qualificação no começo deste ano, inclusive com aulas práticas e teóricas, nas vias de Imperatriz. "Esse curso foi muito importante para nossa atuação, facilitando ainda mais o entendimento sobre o projeto", enfatizou o agente Victor Amorim. ***(Gil Carvalho - Ascom)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Gil Carvalho

Evento foi aberto na manhã desta segunda-feira, 05, no auditório de uma faculdade particular.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Defensoria consegue suspensão de reintegração de posse no Bom Jesus P7c1

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Defensoria consegue suspensão de reintegração de posse em Imperatriz

Após recurso especial interposto pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), a Justiça concedeu decisão que suspende mandado de reintegração de posse da área conhecida como Bom Jesus, em Imperatriz. A localidade, que abriga mais de duas mil famílias, é objeto de litígio judicial entre moradores e a empresa BRDU SPE Firenze LTDA.

A posse da área de 46,4192 hectares, onde estão assentadas as famílias da comunidade de Bom Jesus, há mais de três anos é pretendida pelas empresas BRDU SPE FIRENZE LTDA e Capital Construções e Empreendimentos Ltda. Ambas são autoras dos processos de reintegração de posse propostos em 2015 e inconclusos até hoje.

Em outubro de 2015, o juízo da 3ª Vara Cível de Imperatriz havia deferido liminar determinando a reintegração de posse. Contra essa decisão, a Defensoria Pública, por meio do Núcleo Regional de Imperatriz, interpôs os recursos cabíveis, dentre eles o agravo de instrumento de nº 0802731-87.2017.8.10.0000, o qual não foi conhecido.

Contra o acórdão que não conheceu do recurso de agravo, o Núcleo de 2ª Instância da DPE/MA interpôs um recurso especial com pedido de efeito suspensivo. Antes do juízo de admissibilidade desse recurso pelo TJMA, a 3ª Vara Cível de Imperatriz determinou o imediato cumprimento da liminar que, segundo informações prestadas pela Polícia Militar do Maranhão, seria cumprida no próximo dia 13.

Paralelamente, a Defensoria Pública, por meio dos defensores Jean Carlos Nunes, Moema Campos de Oliveira Zocrato e André Luís Jacomin, ajuizou ação cautelar antecedente contra o Estado do Maranhão e o Município de Imperatriz, objetivan-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

do compelir tais entes a realizarem um estudo social detalhado da comunidade, para permitir a inclusão das famílias em programas de políticas públicas e reduzir os efeitos danosos da eventual reintegração de posse.

Neste intervalo, sobreveio uma decisão proferida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos quanto ao recurso especial interposto pelo Núcleo de 2ª Instância da DPE. A decisão admitiu o recurso especial, que será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, e lhe concedeu efeito suspensivo, de forma que a decisão do juízo de primeira instância não poderá ser cumprida até que o órgão competente analise os fundamentos do recurso especial e reexamine a matéria.

No texto, o magistrado esclareceu os perigos do cumprimento da reintegração sem o devido planejamento. "Na espécie, após detida análise das razões que fundamentam o pedido, constato, de plano, merecer guarida o pedido de efeito suspensivo, pois do cumprimento imediato do mandado de reintegração de posse sem que transitada em julgado a decisão e sem qualquer estudo social com vistas à realocação das pessoas que ocupam a área - que aliás sequer possuem outro lugar apropriado a seu alojamento - resultaria inarredável ofensa a direitos fundamentais, constitucionalmente garantidos", ponderou o desembargador. ***(Socorro Boaes - Assessoria de Comunicação)***

Divulgação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Semana Nacional de Conciliação é aberta no Maranhão

Os trabalhos da XIII Semana Nacional da Conciliação foram iniciados ontem (5) e se estendem até sexta (9). No Maranhão, a abertura oficial do evento aconteceu no Fórum de São Luís. Mais de 10 mil processos estão na pauta de audiências, em todo o Estado.

A iniciativa em prol da conciliação está sendo coordenada, no Maranhão, pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

No Fórum de São Luís, as audiências – pré-processuais e processuais – estão sendo realizadas nas Varas Cíveis, da Família, da Fazenda Pública e no Centro de Conciliação, em parceria com instituições e empresas. O Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de Segundo Grau (instalado no prédio-sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro), também irá participar da Semana.

Para esta edição, o conceito "Conciliar: a decisão é nossa" é o mote da campanha. O objetivo é demonstrar que a decisão de conciliar é das partes envolvidas e só acontece se houver comum acordo. Para isso, o Poder Judiciário está à disposição para esclarecer as dúvidas e apresentar os benefícios desse método de solução de conflitos.

LANÇAMENTO

Durante a abertura, foi lançado o aplicativo da Conciliação "Conciliar é Legal", desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação do TJMA com o apoio da Diretoria de Informática, o qual permitirá o agendamento de audiências presenciais e acesso às plataformas: Attende do TJMA, consumidor.gov e mediaçãodigital/CNJ, além de um chat para negociação digital com empresas.

Também foi lançada uma versão atualizada da plataforma Attende de homologação de acordos extraprocessuais realizados pelo Procon, advogados e outras entidades associadas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Pessoas afetadas por incêndio em galpão com material para reciclagem tentam recomeço

PÁG. 1 [C2]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Pessoas afetadas por incêndio em galpão com material para reciclagem tentam recomeço

A Coopresl, localizada na Ufma, foi atingida na última sexta-feira (2), quando os maquinários foram consumidos pelo fogo; o prejuízo pode chegar a R$ 100 mil

LUCIENE VIEIRA

A segunda-feira (5) foi de recomeço para as 25 pessoas que trabalhavam na Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl), e que perderam quase todo o instrumento de trabalho, que estava dentro do galpão destruído por um incêndio, na última sexta-feira (2). A Coopresl existe há 11 anos, e estava localizada dentro do Campus da Universidade Federal do Maranhão (Ufma). Não houve vítimas, mas as perdas materiais afetaram a vida dos cooperados, pois a atividade econômica era o único meio de sustento deles.

Wylkennedy Leandro de Sousa tem 29 anos e mora no bairro Mauro Fecury 2. Ele estava desempregado quando recebeu o convite de fazer parte da cooperativa. Wylkennedy disse que trabalhava como vigilante quando foi desligado da última empresa onde mantinha essa função. Ele contou que estava sem perspectiva de continuar atuando nessa área, quando decidiu coletar materiais recicláveis. "A presidente da Coopresl, a 'dona' Maria José Castro, frequenta a mesma igreja que eu. Ela soube da minha situação e me fez o convite. No início de outubro ganhei R$ 950 pela produção. O segundo salário, que seria agora no começo deste mês, não saiu, pois houve o incêndio", informou o cooperado.

Wallison Rocha é morador da Vila Bacanga e também estava há dois meses na cooperativa. "Era eu quem dirigia o caminhão de coleta, percorria toda a São Luís recolhendo o material trazido para o galpão. É triste ver que tudo se transformou em cinzas, mas vamos recomeçar, faremos tudo de novo", declarou Wallison.

Na tarde de sexta-feira (2), o fogo começou em uma área de vegetação e se alastrou pela Coopresl. O galpão da cooperativa ficava próximo aos prédios do almoxarifado e da garagem da Ufma. Segundo o Corpo de Bombeiros, o incêndio foi controlado após a chegada de quatro viaturas e não foram registrados feridos. No sábado (3), os bombeiros ainda faziam o rescaldo do terreno. E no domingo (4), a presidente da Cooperativa, Maria José Castro, afirmou ter passado o dia inteiro apagando o fogo. "Eu e outras pessoas viemos aqui e continuamos o trabalho dos bombeiros, pois ainda existiam chamas", disse Maria José.

Na manhã de ontem (5), a presidente da Coopresl junto a outros cooperados recolheram garrafas de plástico - que foram colocadas em sacos -, e um amontoado de ferro foi guardado dentro de um container. "Isso foi tudo o que sobrou", lamentou Maria José. Segundo ela, as únicas máquinas de compactação, picotadora de papel e de fitas de cortar livros da cooperativa foram completamente consumidas pelas chamas.

O trabalho de recuperar o que ainda era possível foi feito enquanto as pessoas esperavam a equipe do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (Icrim) chegar à área do incêndio, ainda ontem, para dar início à perícia. De acordo com Maria José, há informações de que moradores do Sá Viana e vizinhos ao galpão viram minutos antes da ocorrência de fogo no local, um homem queimando uma caixa de abelhas. "Esse rapaz já foi identificado. A impressão que temos é de que o incêndio foi um ato criminoso, mas, somente a perícia para confirmar as nossas suspeitas", disse a presidente da Coopresl.

COMO FUNCIONAVA A COOPRESL

Por mês, a Cooperativa de

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reciclagem de São Luís selecionava média de 80 toneladas de material pronto para ser reciclado. Os pontos de coleta de garrafas pets, variados tipos de plásticos e papel, além de ferro, estão instalados, segundo Maria José, em 60 locais da Grande Ilha. Entre os parceiros da Coopresl está o Rio Anil Shopping, a rede de lojas TendTudo, os hotéis Ibis, Soft inn e Pestana, os condomínios residenciais Península Way, Jardins e Toscana. Há ainda contrato com empreendimentos do Porto do Itaqui, e com todos os prédios do Tribunal de Justiça do Maranhão, e dos tribunais regionais Eleitoral e Trabalho.

Segundo Maria José, a média total e mensal de material recolhido nesses setores era de 150 toneladas. A Coopresl tem um caminhão que transportava os recicláveis para o galpão na Ufma. Lá, conforme Maria José, era feita a seleção e os papéis separados levados para uma indústria de celulose e papel, a Fibra Papéis, no bairro do Tibiri. E o papelão encaminhado para a Ripel no bairro do Anil, e para a Eco Plástico, no bairro São João, localizado na Estrada de Ribamar. Já o destino do ferro não foi informado.

O RECOMEÇO

Maria José Castro informou que 25 pessoas trabalhavam na Coopresl, e que o prejuízo somado à perda de maquinários, documentos e materiais de escritórios, além da produção da cooperativa, chega à R$ 100 mil. A Coopresl existe desde 2007, e esta teria sido a primeira vez que um episódio como este aconteceu.

A presidente da cooperativa informou que estava marcada para as 15h de ontem uma reunião com a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres), localizada na Rua do Sol. Segundo Maria José, a pasta estaria se organizando para doar cestas básicas às famílias dos cooperados, até que um novo galpão seja reerguido e a Coopresl retorne com as suas atividades.

Ela disse também que poucas horas depois do início do incêndio, na sexta, o prefeito de São Luís Edivaldo Holanda Júnior telefonou para ela e prometeu agir rapidamente na construção de um novo galpão. Desde 2007, segundo Maria José, por meio da Parceria Pública e Privada (PPP), foi aprovado um projeto de construção e doação de três galpões para três diferentes cooperativas de seleção de material reciclável, sendo a Coopresl uma das beneficiadas.

"A ideia sempre foi permitir que a cidade fique mais limpa, olha quantas toneladas de produtos evitamos que vá parar no solo com o nosso trabalho, são 150 a cada 30 dias. É um trabalho magnífico e o Edvaldo o reconhece, pois ele foi quem me ligou", enfatizou a presidente da Cooperativa de Reciclagem de São Luís.

A empresa que administra a PPP é a São Luís Engenharia Ambiental (Slea), a mesma que faz a limpeza e varrição da cidade. Maria José disse que ainda ontem a Slea ficou de iniciar a construção do galpão, em um terreno na Vila Embratel. O espaço contará com sala de reunião, banheiros, cozinha e refeitório.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

FOTOS: FRANCISCO SILVA

Operários da Cooperativa de Reciclagem reiniciam trabalhos na área da Ufma ainda alarmados com impacto do incêndio

Os estragos ocasionados pelo incêndio na área da Cooperativa de Reciclagem ainda estão sendo contabilizados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Defensoria consegue decisão que suspende reintegração de posse em Imperatriz

Após recurso especial interposto pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), a Justiça concedeu decisão que suspende mandado de reintegração de posse da área conhecida como Bom Jesus, em Imperatriz. A localidade, que abriga mais de duas mil famílias, é objeto de litígio judicial.

A posse da área de 46,4 hectares, onde estão assentadas as famílias da comunidade Bom Jesus, há mais de três anos é pretendida pelas empresas BRDU SPE Firenze LTDA e Capital Construções e Empreendimentos Ltda. Ambas são autoras dos processos de reintegração de posse propostos em 2015 e inconclusos até hoje.

Em outubro de 2015, o juízo da 3ª Vara Cível de Imperatriz havia deferido liminar determinando a reintegração de posse. Contra essa decisão, a Defensoria Pública, por meio do Núcleo Regional de Imperatriz, interpôs os recursos cabíveis, dentre eles o agravo de instrumento de nº 0802731-87.2017.8.10.0000, o qual não foi conhecido.

Contra o acórdão que não conheceu do recurso de agravo, o Núcleo de 2ª Instância da DPE/MA interpôs um recurso especial com pedido de efeito suspensivo. Antes do juízo de admissibilidade desse recurso pelo TJMA, a 3ª Vara Cível de Imperatriz determinou o imediato cumprimento da liminar que, segundo informações prestadas pela Polícia Militar do Maranhão, seria cumprida no próximo dia 13.

Paralelamente, a Defensoria Pública, por meio dos defensores Jean Carlos Nunes, Moema Campos de Oliveira Zocrato e André Luís Jacomin, ajuizou ação cautelar antecedente contra o Estado do Maranhão e o Município de Imperatriz, objetivando compelir tais entes a realizarem um estudo social detalhado da comunidade, para permitir a inclusão das famílias em programas de políticas públicas e reduzir os efeitos danosos da eventual reintegração de posse.

Neste intervalo, sobreveio uma decisão proferida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos quanto ao recurso especial interposto pelo Núcleo de 2ª Instância da DPE. A decisão admitiu o recurso especial, que será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, e lhe concedeu efeito suspensivo, de forma que a decisão do juízo de primeira instância não poderá ser cumprida até que o órgão competente analise os fundamentos do recurso especial e reexamine a matéria. No texto, o magistrado esclareceu os perigos do cumprimento da reintegração sem o devido planejamento.

"Na espécie, após detida análise das razões que fundamentam o pedido, constato, de plano, merecer guarida o pedido de efeito suspensivo, pois do cumprimento imediato do mandado de reintegração de posse sem que transitada em julgado a decisão e sem qualquer estudo social com vistas à realocação das pessoas que ocupam a área – que aliás sequer possuem outro lugar apropriado a seu alojamento – resultaria inarredável ofensa a direitos fundamentais, constitucionalmente garantidos", ponderou o desembargador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Rapidinhas

• Os desembargadores Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça), José Jorge Figueiredo dos Anjos, Jamil Gedeon, José Bernardo Rodrigues, José Luiz Almeida e Marcelino Everton participam, em Brasília, do evento sobre os 30 Anos da Constituição Federal, que tem como tema central "Desafios Constitucionais de Hoje e as Propostas para os Próximos 30 Anos".

• Aberto oficialmente ontem (5), o evento conta com a presença do ex-presidente do STF, Ayres Britto, e dos ministros Dias Toffoli (atual presidente do STF)), Edson Fachim, Luis Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Luis Fux, Gilmar Mendes, Carmen Lúcia e Alexandre de Morais, entre outros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Policial do 6º BPM é inocentado de denúncia sobre roubo de celular

Em sentença transitada em julgado, o soldado Anderson Pereira Barros foi inocentado de uma denúncia de roubo de celular, em um episódio registrado no dia 29 de maio do ano passado, na Avenida Litorânea, em São Luís.
A Justiça julgou improcedente a denúncia, absolvendo o militar e também Lucas Lima de Andrade, que também foi apontado como autor do delito. A decisão é do juiz Luís Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal.
Segundo a denúncia, o caso aconteceu durante a madrugada, por volta das 3h30, quando o celular e uma quantia em dinheiro de Gustavo Rafael Fonseca Ribeiro teriam sido subtraídos, mediante grave ameaça e uso de arma de fogo. Na época, a imprensa divulgou, erroneamente, que o militar tinha participado do

DIVULGAÇÃO

O soldado Anderson Barros foi inocentado de denúncia na Justiça

delito, expondo o nome e o local de trabalho do soldado, sendo que o Ministério Público pediu a absolvição dos denunciados por inexistência do crime.
Nos autos, é citado que a vítima declarou que havia ingerido bebida alcoólica durante três dias seguidos e que não se lembrava dos detalhes do que havia ocorrido naquele dia. Gustavo disse que se recordava de que possuía um celular e que tinha vendido o aparelho a um dos acusados, mas não se lembrava para qual deles. Depois da venda, ele alegou ter se arrependido e tentou reaver o celular, mas não conseguiu. Nesse instante, aconselhado por alguém, entrou em contato com a polícia, o que iniciou uma confusão.
Naquele momento, a vítima confessou que estava embriagada, sendo que confessou em juízo que não houve roubo e negou tudo o que falou na delegacia, pois estava bêbada. Diante disso e de outros fatores, ficou evidenciado que o soldado Anderson e o outro réu não cometeram crime algum. Portanto, são inocentes e foram absolvidos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acusados de crimes contra a vida serão julgados no Mês Nacional do Júri, no Fórum de São Luís

As quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís vão julgar em novembro, Mês Nacional do Júri, 48 acusados de crimes dolosos contra a vida. O evento começou na quinta-feira (1º), com o julgamento de João Batista Pereira. Ele foi condenado a sete anos, dois meses e 20 dias de reclusão, por tentar matar a golpes de facão sua ex-companheira Maria Joana Araújo Rodrigues, por não aceitar o fim do relacionamento. O crime ocorreu no dia 8 de setembro de 2007, na casa da vítima, na Cidade Olímpica, onde o acusado estava para comemorar o aniversário da filha da vítima.

As sessões de júri popular ocorrem nos salões localizados no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), começando às 8h30. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou a participação das unidades judiciais de 1º Grau no evento, um esforço concentrado de julgamento de acusados de crimes dolosos contra a vida. A Portaria n.º 69/2017 do CNJ instituiu o Mês Nacional do Júri, recomendando que as unidades com competência para o julgamento desses crimes priorizem os processos que integram as metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) e os processos de réus presos.

Na 1ª Vara do Tribunal do Júri, que tem como titular o juiz Osmar Gomes dos Santos, foi julgado nesta segunda-feira (5) José Ribamar de Luna Pereira, acusado do homicídio de Aislan Wagner Gonçalves de Almeida.

O 2º Tribunal do Júri julgará este mês Luís André Costa Cunha (dia 6), Jonas Silva Santos (7), Edson Frazão Correira (9), Renato Costa Lindoso (12), Francisco José Nascimento de Oliveira (13), Pedro Pinheiro Costa (14), Eider dos Santos Vale (21), Daniel dos Santos Nogueira (22), Lucas Francisco Raulino de Aguiar (26), Gilson Carlos Correa Bezerra (28) e Domingos da Assunção Silva (30). As sessões serão presididas pelo juiz titular Gilberto de Moura Lima.

Já no 3º Tribunal do Júri nesta segunda-feira (5) sentou no banco dos réus Márcio Antônio Costa Lavrado. Também serão julgados Antônio Jorge Cruvel dos Santos (dia 7), Elton Carlos Madeira Gomes (9), Juracy de Sena e Silva (12) e Maycon Costa de Sousa. Está respondendo pela unidade judiciária o juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares.

No 4º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, haverá sessões todos os dias úteis do Mês Nacional do Júri. Além de João Batista Pereira, conhecido como Carimbó, julgado e condenado na última quinta-feira, também serão submetidos ao júri popular Wedson de Jesus Ribeiro, Alexsandro Coelho Mendes, Jomar Roberto Ferreira da Cruz, Aurélio Correira Serra e David Gabriel Teixeira Dias, Gabriel Ewerton Alves, José Reginaldo Salgado da Silva, Jorge Franco Silva Madeira, Danilo Alison Rodrigues e Zacarias Elesbão Ribeiro.

Serão julgados pelo 4º Tribunal do Júri em novembro também Antônio Santos Neto, Carlos Boais Costa, Clemilson Sá dos Santos e Leandro Costa (dia 20), Jorge Taynan Silva Mendes (21) e Aylton Santos Nascimento (22). No dia 23 (sexta-feira), sentarão no banco dos réus sete acusados: Alberdan Costa dos Santos, Edgard Bezerra Ferreira, José Ivan Fonseca Campos, Marcos Vinícius Rodrigues Martins, Matheus Assunção Ferreira, Michel Reis Gonzaga Costa e Wemerson Ribeiro Lopes.

Na última semana do mês, ainda na 4ª Vara do Júri, haverá o julgamento de Davi Gabriel Teixeira Dias e Jorge Luís da Silva Ribeiro (dia 26), Ananias Serra Cutrim Neto (27), Francisco Silva Lima (28), Maxsuel Dias Pereira (29) e Hugo Leonardo Moreno Dutra (30).

Mês Nacional - em 2017, o Judiciário do Estado do Maranhão realizou 897 sessões do Tribunal de Júri, o que corresponde a um aumento de 19,7% em relação às sessões realizadas em 2016 para julgamento de crimes dolosos contra a vida. No Mês Nacional do Júri, em 2017, foram realizadas 180 sessões em todo o Estado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo